

Compreender o Brasil após a vitória de Lula em 2002 é fundamental para a análise do movimento social e o que mudou em relação à política neoliberal, pautada pelo governo FHC por dois mandatos, que se viabilizou pela política de desmonte do Estado, privatizações e ataques aos direitos dos trabalhadores.

Ao analisar os governos Lula e Dilma e as mudanças ocorridas com olhar nas classes sociais, a recente publicação dos professores Armando Boito e Andréia Galvão, que atuam no grupo de pesquisa do Cemarx, coloca a nosso ver luz sobre esse tema. Há uma caracterização que os dois governos do PT representam um projeto neodesenvolvimentista, que se estruturou através do fortalecimento da grande burguesia interna brasileira, que se descolou do neoliberalismo dos anos 90 e se aproximou de um projeto nacional de desenvolvimento, que se sustenta não mais no desmonte do Estado e na apropriação de suas riquezas como no neoliberalismo, mas se ancora no Estado como provedor de investimentos capaz de potencializar essa burguesia. Por outro lado, o neoliberalismo, hegemônico nos anos 90, ainda tem grande força de polarização pela direita, sustentados nos interesses do sistema financeiro, dos especuladores, da grande mídia e de partidos como o PSDB e DEM.

Para o professor Boito, a força política dos governos Lula e Dilma veio do apoio dessa burguesia e dos setores populares que teve atendida, embora ainda marginalmente, as reivindicações da baixa classe média, dos trabalhadores manuais, de parte do campesinato, dos desempregados e da massa marginal. As pressões desses setores populares obtiveram programas de bolsas e de cotas para o ensino superior, melhoria salarial (manifestada nos reajustes das categorias acima da inflação e no crescimento do salário mínimo), redução do desemprego, crédito para agricultura familiar, o Bolsa Família, o programa Minha Casa, Minha Vida, e outros.

Frisa, ainda que, no Brasil atual não existe uma luta de classes no sentido em que a sociedade estaria dividida entre os dois campos: um campo operário e socialista lutando para ultrapassar o capitalismo e um campo burguês e capitalista, lutando para preservar a propriedade privada dos meios de produção e todo o sistema atual. Alega que ocorre no Brasil um acirrado conflito entre as classes e frações pela apropriação da riqueza e é esse conflito que tem movido o processo político nacional.

Concordando com o professor Boito, cabe a ainda ressaltar que a partir dessa lógica do que chama de neodesenvolvimentismo, há uma política de expansão do ensino superior público no país e uma valorização do serviço público federal, que pressiona os Estados e Municípios, com reposição e ampliação de vagas, transformando em empregos qualificados e visados pela estabilidade e pela valorização salarial. Por outro lado, as funções públicas que não se enquadram na lógica do aparato do Estado ou dos interesses do projeto neodesenvolvimentista estão sujeitas a terceirização.

Para o prof. Boito à frente neodesenvolvimentista é um campo muito heterogêneo e contraditório. As manifestações de junho expressaram essas contradições. Os governos do PT chegaram ao governo, gerando a expectativa do crescimento econômico apoiado na indústria, revertendo processo de desindustrialização, mas não avançou nesse sentido, ficando preso ao boom das commodities e na produção agropecuária e mineral. A indústria da transformação foi relegada a um plano secundário, aliás, frisa que essa é a diferença do neodesenvolvimentismo, com o modelo anterior de desenvolvimento. Os 20 milhões de empregos criados nos governos Lula e Dilma foram em cerca de 90% compostos por postos de trabalho que exigem baixa qualificação e oferecem baixa remuneração. Há um setor de classe média marginalizado nessa política de crescimento, que acabou impulsionando as manifestações de junho. A qualidade das manifestações é a nosso ver o fato de pressionar a pauta histórica do movimento social por mais Estado (educação, saúde, tarifas pública, mobilidade urbana, transparência). Com toda confusão que setores conservadores tentaram impor ao movimento foi o fortalecimento das políticas públicas que prevaleceu e que deve pautar as ações dos movimentos sociais no próximo período. Nesse sentido a pauta das Centrais Sindicais, que consta dessa tese, construída no Conclat, com a participação do STU, ainda durante a gestão Alerta, está em perfeita sintonia com as lutas de junho.